



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR / 2026**

**INTRODUÇÃO**

Este Estudo Preliminar tem por objeto disciplinar a aquisição de bens pela Administração Pública, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 11.246/2022, Portarias SEGES/ME nº 65/2021 e nº 77/2022, Portaria AGU nº 249/2023 e demais normativos aplicáveis. De modo geral esta contratação adota os fundamentos dos arts. 11, 18, 24, 40 e 42 da Lei 14.133/21, que orientam sobre as normas gerais de licitação e contratação pública pela administração pública, garantindo que todos os procedimentos necessários para uma contratação eficiente e transparente sejam seguidos.

**1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

1.1 A presente contratação visa a aquisição, por registro de preços, de **veículos tipo picapes média, cabine dupla (CD), 4x4, Diesel**, a fim de obter uma gradual substituição dos carros antigos da frota do TRE-RR, em atendimento às necessidades de adequação às normas de sustentabilidade, bem como para a economia e otimização dos recursos, promovendo e garantindo a continuidade e eficiência das atividades do TRE-RR.

1.2 O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima - TRE-RR possui a constante necessidade de deslocamento dos magistrados, servidores e também dos colaboradores para a realização de serviços dentro da capital (entre os prédios do TRE-RR), nos Cartórios Eleitorais nas cidades do interior do Estado e atividades itinerantes, compreendendo toda a jurisdição deste Regional. Ademais, também existe a necessidade do transporte de materiais, para realização de manutenção de equipamentos dentre outras atividades.

**2 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

2.1 O objeto da contratação está previsto no PAC 2026 item CLEP015 e na programação orçamentária 2026 item 44.90.52.52.0317 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS .

**3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1 CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE :**

A licitante deverá apresentar os documentos abaixo listados para fins de comprovação da qualificação técnica:

3.1.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

3.1.2 Catálogos técnicos que comprovem que o objeto a ser fornecido atende às especificações solicitadas na licitação;

3.1.3 O fornecedor registrado deverá ser concessionário ou fornecedor autorizado pelo fabricante da marca do veículo ofertado.

3.1.4 Apresentação de assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Roraima, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço de, pelo menos, uma assistência técnica, na capital do Estado (Boa Vista).

**3.2 ENQUADRAMENTO OU NÃO DO SERVIÇO/BEM COMO COMUM**

3.2.1 Os veículos, objeto deste estudo, são classificados como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado ( Art. 6º, XIII, Lei n.14.133/2021).

**3.3 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

3.3.1 Deverão ser observadas, no que couber, as recomendações sobre aquisições sustentáveis, as recomendações da Resolução CNJ n. 400/2021, que trata da Política de Sustentabilidade, e, quando couber, os termos da Resolução CNJ n. 401/2021, que dispõe o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário.

3.3.2 Segundo a Resolução CNJ nº 400/2021, a eficiência energética deve ser um dos critérios de sustentabilidade observados quando das aquisições e contratações de bens e serviços. De acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014.

3.3.3 Os padrões mínimos aceitáveis para emissão de poluentes (NMHC, CO, NOx), gás de efeito estufa (CO2), consumo de combustível (Km/litro) e consumo energético, devem estar em conformidade com os requisitos constantes no Regulamento de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves – estabelecido pela Portaria Inmetro nº 377/2011 e suas alterações. Para comprovação dos valores, deve ser exigida a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) com os resultados do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular

(PBEV) do Inmetro, ou laudo de empresa credenciada contendo as mesmas informações.

3.3.4 O veículo deve possuir nível de emissão de poluentes dentro dos limites do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), conforme Resolução Conama nº 16/1986 e Portaria Inmetro nº 22/2013. A comprovação será feita pela Ence com, no mínimo, uma estrela, o que representa que o veículo está dentro dos limites estabelecidos. Alternativamente, poderá ser apresentado laudo de empresa devidamente credenciada contendo as informações sobre a emissão dos poluentes.

### 3.4 GARANTIA CONTRATUAL

3.4.1 Não haverá exigência da garantia da contratação do [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), considerando o baixo risco, a inexistência de histórico demonstrando a necessidade de garantia, o que iria onerar a contratação podendo prejudicar a redução dos preços ofertados.

### 3.5 PADRÕES MÍNIMOS DE REQUISITOS, QUALIDADE E DESEMPENHO:

3.5.1. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR CAMINHONETE PICK-UP MÉDIA CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4, ZERO KM (COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 180 CV, COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 800 KG, AR CONDICIONADO).

#### 3.5.1.1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS:

01. Veículo Zero Km, ano 2025 modelo 2026 ou versão mais atualizada;
02. 04 Portas
03. Tração 4x4;
04. O veículo deve ser entregue com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN;
05. Cabine/Carroceria: para 05 ocupantes, carroceria Cabine Dupla;
06. Motor dianteiro de 4 (quatro) cilindros;
07. Potência mínima de 180 cv;
08. Combustível: óleo diesel;
09. Capacidade do tanque de combustível mínima de 75 litros;
10. Transmissão automática;
11. Direção hidráulica ou Direção com assistência elétrica;;
12. Capacidade de carga mínima de 800 Kg;
13. Freios ABS com EBD - Anti-travamento com Distribuição eletrônica dos freios ou equivalente;
14. Sistema de distribuição eletrônica de frenagem (EBD) ou equivalente;
15. Alarme (sistema anti-furto);
16. Cinto de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes;
17. Encosto de cabeça para todos os ocupantes;
18. Controle de estabilidade;
19. Controle de tração;
20. Faróis de neblina;
21. Trava elétrica nas portas;
22. FCM - Sistema de Frenagem Autônoma ou equivalente;
23. Sensores de estacionamento traseiro e dianteiro;
24. Câmera traseira para manobras;
25. Ar-condicionado;
26. BAS - Assistente de Frenagem de Emergência;
27. Ajuste do volante;
28. Ajuste elétrico dos retrovisores;
29. Controle automático de velocidade ou ou equivalente;
30. Controle elétrico dos vidros dianteiros;
31. Controle elétrico dos vidros traseiros;
32. Rodas de liga leve;
33. Volante multifuncional com comandos de áudio, limitador de velocidade, piloto automático adaptativo, telefone e voz
34. Protetor de cárter/motor;
35. Jogo de tapetes.
36. Equipado com todos os itens de série, conforme catálogo comercial do produto.
37. Comprimento mínimo de 5.260 mm;

38. Distância entre eixos mínimo de 3.000 mm;
39. Largura mínimo de 1.820 mm;
40. Altura mínimo de 1.725 mm;
41. DRL - Luzes de condução diurna ou equivalente;
42. Engate traseiro com gancho de reboque e tomada elétrica integrada.
43. Estribos laterais.
44. Ganchos internos na caçamba
45. Travas de segurança nas portas traseiras;
46. Luz de freio integrada;
47. Protetor de caçamba;
48. Retrovisores externos com ajuste e rebatimento elétricos, com luzes indicadoras de direção;
49. ACC – Piloto Automático Adaptativo ou equivalente;
50. Airbags frontais e laterais;
51. Banco do motorista com ajustes elétricos ou manual;
52. Bancos revestidos em couro;
53. Carregador de Smartphone;
54. LDW - Aviso de Saída de Faixa de Rolamento ou equivalente;
55. Sensor de chuva;
56. Capota Marítima;
57. Sensores de estacionamento dianteiro e traseiro;
58. Cintos de segurança dianteiros de três pontos para todos os ocupantes;
59. Tomadas 12V;
60. Portas USB mínimo: 1 USB e 1 USB tipo C;
61. TPMS – Sistema de monitoramento de pressão dos pneus com indicação por roda no painel de instrumentos;
62. Multimídia com tela touch screen, Apple CarPlay e Android Auto, áudio player MP3, Bluetooth® com áudio ou equivalente;
63. Emplacado na categoria de veículo oficial da União, em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima - TRE-RR, entregue na sede do TRE-RR, com todos os custos e frete inclusos;
64. Película de qualidade com rejeição de calor mínima de 80% para um melhor controle solar nas especificações permitidas pelo CONTRAN;
65. Quanto aos demais acessórios deve-se manter os oferecidos conforme modelo e itens de fábrica listados pelos fabricantes;
66. Manual do proprietário e de manutenção em português;
67. Nas cores branca ou Preta;
68. Garantia mínima de 5 anos.

#### 4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

TABELA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR CAMINHONETE PICK-UP MÉDIA CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4, ZERO KM (COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 180 CV, COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 800 KG, AR CONDICIONADO); e demais características técnicas estabelecidas no item 3.5.1.1, deste ETP.	Unid	2
	TOTAL		2

## 5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Frente a necessidade apontada, tem-se 02 (dois) cenários:

Solução 01: Aquisição de veículos novos (Alternativa selecionada) – Esta solução se mostra mais vantajosa haja vista que a aquisição de veículos novos para o poder público pode ser uma decisão mais conveniente por diversas razões. Primeiramente, a aquisição de veículos novos proporciona maior confiabilidade e segurança para os servidores públicos e para a população que depende dos serviços prestados pela administração pública. Veículos novos tendem a ter menor probabilidade de falhas mecânicas e exigem menos manutenção, o que reduz os custos com reparos e assegura a continuidade das operações sem interrupções. Além disso, a compra de veículos novos permite customizar sua frota de acordo com as necessidades, otimizando o uso e a eficiência dos recursos públicos em atendimento às necessidades de adequação às normas de sustentabilidade, bem como para a economia e otimização dos recursos, promovendo e garantindo a continuidade e eficiência das atividades do TRE-RR. Por fim, a compra de veículos novos é uma forma de valorizar a imagem do TRE-RR, demonstrando compromisso com sustentabilidade.

Solução 02: Locação de veículos (Alternativa descartada) – Esta solução demonstrou não ser a mais adequada por diversos motivos. Em primeiro lugar, os custos envolvidos podem ser elevados. Embora o aluguel de veículos possa parecer uma solução prática, muitas vezes ele acaba se tornando mais caro do que a aquisição e a manutenção de uma frota própria. A longo prazo, os custos com locação podem superar os gastos com a compra e manutenção dos veículos, o que torna essa opção financeiramente menos vantajosa. Além disso, a gestão dos contratos de locação pode ser difícil, pois exige um controle rigoroso sobre o uso, a manutenção e a devolução dos veículos.

Por todos esses motivos verificamos que o TRE-RR opta pela solução 01.

## 6 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado total da contratação restou em **R\$ 531.206,54 (quinhentos e trinta e um mil duzentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNIT. ESTIMADO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	VEÍCULO AUTOMOTOR CAMINHONETE PICK-UP MÉDIA CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4, ZERO KM (COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 180 CV, COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 800 KG, AR CONDICIONADO).	2	265.603,27	531.206,54
TOTAL ESTIMADO (R\$)				531.206,54

## 7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 Considerando a natureza de bem comum do objeto que será adquirido e como forma de assegurar a ampla competição entre os inúmeros fornecedores disponíveis no mercado, entendemos que a contratação deva se dar através de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico com o critério de julgamento de menor preço por item, que atende aos preceitos de economicidade e transparência dispostos na Lei 14.133/2021. Pode-se observar que as aquisições deste tipo de objeto são feitas costumeiramente por meio de contratações semelhantes a que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas. De acordo com a pesquisa do mercado, os itens pretendidos são oferecidos por ampla gama de fornecedores, utilizando-se do Pregão Eletrônico na modalidade menor preço por item a mais adequada para a aquisição desse tipo de objeto, uma vez que possibilitará a participação de um maior número de potenciais fornecedores fazendo com que haja uma maior disputa e consequentemente a obtenção de valores menores.

Nota-se ainda que em alguns casos específicos, alguns órgãos públicos optam pela contratação desse tipo de objeto utilizando o procedimento auxiliar de registro de preços para que a Administração possa adquirir no total ou parcial os itens estimados.

7.2 Outro ponto a ressaltar é que no presente estudo, identificamos as especificações mínimas necessárias que os veículos deverão possuir para atender as necessidades elencadas. As marcas e ou modelos que eventualmente forem indicadas servirão como padrão referencial de qualidade, podendo ser entregues outras, desde que o fornecedor comprove a similaridade de funcionalidade.

## 8 - JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO

8.1 A Administração, ao analisar o objeto da contratação, opta pelo não parcelamento da solução pretendida, com fundamento no art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o qual estabelece que o parcelamento deve ser adotado sempre que for técnica e economicamente viável.

No presente caso, verificou-se que o parcelamento do objeto não se mostra adequado, pelos seguintes motivos:

- **Perda de economia de escala**, uma vez que a contratação integral tende a resultar em proposta mais vantajosa

para o Tribunal;

- **Risco de prejuízo à padronização e à compatibilidade técnica**, especialmente quando os itens são interdependentes ou exigem uniformidade;
- **Aumento da complexidade na gestão contratual**, com múltiplos fornecedores, o que pode comprometer a eficiência da fiscalização e execução;
- **Possibilidade de comprometimento da execução do objeto**, diante da necessidade de integração entre as partes contratadas.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto é a medida que melhor atende ao interesse público, assegurando maior eficiência, economicidade e segurança na contratação.

## 9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o TRE-RR. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

Os resultados finais pretendidos com a aquisição de veículos novos visam principalmente garantir maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos. Ao adquirir veículos novos o TRE-RR busca reduzir custos com manutenção e reparos, uma vez que veículos novos tendem a exigir menos intervenções mecânicas e têm maior durabilidade e aderir as políticas de sustentabilidade do CNJ e do TRE-RR.

## 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1 A partir deste Estudo Preliminar, não identificamos a necessidade de providências prévias ao contrato, sendo que a solução apresentada abrange toda a cadeia de demandas observada até a execução de sua finalidade,

## 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1 Este estudo técnico identificou a contratações correlatas / independentes no 0002262-57.2025.6.23.8000 /0002926-88.2025.6.23.8000.

## 12 - IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 Serão aplicadas para esta aquisição todas as políticas do CNJ e TRE-RR voltados à sustentabilidade e acessibilidade.

## 13 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a solução descrita neste documento se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária.

Boa Vista/RR, *data da assinatura eletrônica*.

Equipe de Contratação

**Pedro Souza Vasconcelos Filho,**

(Integrante Demandante)

**João Danilo Souto Maior Nogueira Filho**

(Integrante Técnico)

**Jeckson Souza Cruz**

(Integrante Administrativo)

Boa Vista, 30 de março de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO DE SOUZA VASCONCELOS FILHO, Coordenador de Logística, Engenharia e Patrimônio**, em 14/04/2026, às 11:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-rr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador 1032185 e o código CRC D597FBDA.

